

## Quatro frases

Rogério L. Furquim Werneck\*

No artigo de 3/12 tive o mau gosto de tocar em tema que os “desenvolvimentistas” vêm tentando esquecer: seus vaticínios sobre a política “fernando-malanista” a que o atual governo vem dando continuidade. A irritação com a lembrança parece ter levado a sôfrega varredura de meus artigos no **Estado**, em busca de trechos que também pudessem revelar prognósticos equivocados. Acabaram tendo de pinçar quatro míseras frases escritas entre 1997 e 1999, para tentar dar corpo a artigo lavrado em termos deploráveis na *Folha de S.Paulo* na semana passada.

A primeira frase, de 10/1/97, no meio do primeiro mandato de FHC, dizia que reservas e financiamento externo abriam espaço de manobra para o governo aguardar os desdobramentos da acomodação da economia à abertura comercial. Foi o que bastou para que se alegasse que eu jamais teria visto problema na ampliação do déficit comercial. Faltou dizer que o artigo tinha como título “Limites do otimismo” e via com ceticismo a possibilidade de consolidação desse espaço de manobra, com política econômica mais coerente. Tampouco se mencionou artigo de 21/3/97, no qual argumentava que, com a deterioração das contas externas, o plano de jogo do governo -- que, na melhor das hipóteses, era de resultados lentos -- se convertera em corrida contra o tempo sem margem para erro.

Desde o final de 1995, quando os “desenvolvimentistas” ainda viam o primeiro mandato como uma festa, vinha-se delineando no País um quadro econômico preocupante. Já em março de 1996, em entrevista nas páginas amarelas da *Veja*, tive a oportunidade de dizer isso com todas as letras, e alertar para o risco de crise séria, na esteira da perda de credibilidade externa detonada pelo descontrole fiscal.

A segunda frase foi pinçada de artigo de 2/9/98, com o País às voltas com a crise da Rússia. Como muitos viam a máxi como solução simples e indolor, ponderei: “As experiências de maxidesvalorização nominal em economias emergentes nos últimos quatro anos não parecem dar razões para otimismo sobre a possibilidade de uma desvalorização real controlada, que não resvale para colapso financeiro, desorganização econômica e altas taxas de inflação.”

Foi omitido o trecho que completava o argumento. “Sem deixar de reconhecer os riscos envolvidos, defensores mais lúcidos dirão que a operação poderá se tornar bem menos arriscada se puder ser precedida de um ajuste fiscal muito forte. Embora haja razões para se crer que ainda assim os riscos seriam muito altos, é bom notar que esta já é outra história completamente diferente. Nela, a desvalorização não é mais o atalho

fácil que permite evitar as agruras de um ajuste fiscal e resolver todas as mazelas da economia brasileira, mas uma operação inegavelmente arriscada, a que não se pode recorrer sem um esforço prévio e determinado de ajuste fiscal”. Na desvalorização de 1999, o ajuste fiscal acabou tendo de ser feito de roldão. Nada menos que 4% do PIB, entre meados de 1998 e o final de 1999.

A terceira frase não foi apresentada. O que falsamente se alegou é que, em 13/11/98, teria eu escrito artigo para mostrar que a conta alta de juros era “culpa” do tamanho da dívida. O que mostrara era que, embora as taxas de juros tivessem agravado em muito as dificuldades fiscais, a verdadeira raiz da fragilidade das contas públicas era a deterioração do resultado primário.

Resta a quarta frase, pinçada de artigo de 16/4/99 sobre política de metas para inflação. Como a política exigiria do BC um bom modelo macroeconômico para previsão de inflação, lembrava que os modelos disponíveis tinham acabado de produzir previsões muito falhas: “O grau de primitivismo dos modelos disponíveis ficou bem evidenciado nesse início de ano, após a desvalorização, pela enorme dificuldade que a quase totalidade dos analistas acabou enfrentando para prever, com um mínimo de precisão, a evolução das principais variáveis macroeconômicas, especialmente da inflação.” A frase foi citada fora de contexto, para que dela se pudesse extrair conclusão ridícula de quem não pôde – ou não quis – entender que o primitivismo dos modelos de previsão não se devia a primitivismo dos economistas, mas à instabilidade dos regimes prévios de política econômica.

É da natureza humana que, entre os que vaticinavam o desastre com tanta convicção, esteja havendo certo ranger de dentes com o bom desempenho da economia. O que é lamentável é que os que fizeram previsões tão erradas se ponham agora a cobrir de insultos quem quer que aponte quão equivocados estavam.

---

\* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.